

GREVE.

BOLETIM 3

informativo do comando de greve dos professores da ufpb
16 - MAIO - 1989

EDITORIAL

EDITORIAL

POUCA MIGALHA PRA MUITA FOME

A garota propaganda do Sarney foi ontem à televisão anunciar que, ainda esta semana, o governo decidirá por uma reposição salarial de 17,94% para todo o funcionalismo público federal. Obrigado, cara Ministra, mas o seu sorriso embala uma proposta que não resolve nada. O que nós queremos, junto com todos os funcionários públicos do Brasil, é que o governo defina uma política salarial que estabeleça critérios satisfatórios de reposição automática das perdas infligidas mensalmente pela inflação em nossos salários.

E se a senhora quiser mesmo saber, Dona Dorotéia, a nossa greve tem muito pouco a ver com o seu Ministério. O que queremos é que o Sr. Carlos Santana esqueça um pouco que é um deputado com interesses a defender na corrida presidencial e se lembre que é Ministro da Educação. E que, como tal, tem a obrigação de defender a Universidade brasileira do sucateamento a que vem sendo submetida intencionalmente por vários e sucessivos governos.

Um percentual mínimo de reposição salarial, a esta altura dos acontecimentos, quando todos estamos com a corda no pescoço, traduz a penas o interesse do governo em esvaziar o nosso movimento, assim como sustar a organização dos servidores públicos, dispostos a enfrentar a política de arrocho salarial com uma greve geral já em gestação.

Precisamos estar atentos a esta manobra, pois ela é apenas uma migalha, comparada ao tamanho da nossa fome. Pois a nossa fome não é somente de salários. Há uma carência maior, mais crônica, de verbas que venham injetar vida no corpo cumbalido da Universidade. É por essas verbas que, atualmente, 34 IFES estão paralisadas. Por essas verbas a UNE está propondo um indicativo de greve, em todo o País, a partir de hoje. É por essas verbas que o nosso Comando Nacional está saindo à caça de apoio dos parlamentares em Brasília.

O regime de fome a que a Universidade vem sendo submetida há décadas, resultou neste corpo esquelético e subnutrido que hoje mal conseguimos manter em pé. O diagnóstico que os professores em greve estão realizando, mostrará a verdadeira dimensão dessa atrocidade.

Manter viva a Universidade brasileira. Este é o compromisso maior dos professores em luta. Mais do que um salário, mais do que um emprego, o que queremos preservar é este patrimônio da sociedade, por esta sustentado, para pensar os seus problemas e encontrar soluções adequadas para eles.

AUDIENCIA COM A MINISTRA DO TRABALHO - RELATORIO

Estiveram presentes a este encontro: CNG/FASUBRA, SINDISEP, UNAFISCO, UNASTTEN, DIEESE, CNG/ANDES, a MINISTRA DO TRABALHO e Assessores.

INFORMES DA MINISTRA:

1. A ministra comunicou publicação de Medida Provisória, provavelmente dia 15/5, concedendo 17,94 por cento como reposição, referente a fevereiro, março e abril, vigente a partir de 1º de maio. Este nível ficará até julho, salvo decisão diferente do Congresso.
2. Apesar dos protestos das entidades presentes, recusou-se a discutir a reposição de janeiro e indicou a intenção do governo de reajustes trimestrais.
3. Para funcionalismo não universitário, admitiu hipótese de analisar a homogeneização de gratificações como preparação para a carreira unificada. (Servidores Públicos de diversos Ministérios recebem hoje diferentes níveis de gratificação que não podem ser confundidas com DAI e DAS. Homogeneizar significa, então, conferir ganhos para servidores que recebem gratificações menores.)
4. No debate, enfatizou a superioridade dos salários nas Universidades em relação ao conjunto dos demais servidores.
5. Deixou aberta a possibilidade para discussão dos outros pontos da nossa pauta que contenham implicações salariais.

AVALIAÇÃO DO COMANDO NACIONAL DE GREVE

1. O único dado concreto do encontro foi a notícia da reposição salarial. O CNG avalia o percentual como insatisfatório, não cobrindo, provavelmente, a inflação de maio, sobretudo face ao descongelamento dos preços.
2. Ficou clara a disposição do governo em insistir na trimestralidade com consequência imediata de induzir o Congresso a adotar o mesmo parâmetro.
3. CNG avalia a recusa de reposição salarial de janeiro e o aceno de uma homogeneização de gratificações para servidores públicos, excluídos os das IFES, como tentativa de isolar a categoria universitária em greve e prevenir greve geral do funcionalismo, já em articulação para 1º de junho.
4. Tal intenção ressalta também a ênfase da Ministra em apontar superioridades salários IFES.

Em virtude disto, o CNG-ANDES avalia que, como nossa pauta não foi atendida, é preciso intensificar, por todos os meios, a greve, em amplitude e contundência. É indispensável construir alianças no funcionalismo - com relação aos salários - ineentivando e colaborando com a organização de todos os setores possíveis. O diálogo com o MTB e outros Ministérios deve ser considerado emergência e, de modo algum, renuncia exigir do MEC que permaneça como interlocutor de nossas reivindicações.

ATIVIDADES:

3ª FEIRA - ASSEMBLÉIA GERAL - CT, 09:30 h -

5ª FEIRA - AULA EXTRA - sede da ADUFPb-JP - a partir das 17:30h

INFORMES LOCAIS

MOVIMENTO FINANCEIRO

FUNDO DE GREVE - 05/05 A 15/05/89

PASSAGENS.....	NCz\$ 622,46
DIÁRIAS.....	135,00
HOTEL/TELEFONE.....	136,45
GASTOS DIVERSOS.....	48,80
CNG	408,80
TOTAL.....	1.351,51

ENTRADAS

LANCHES.....	29,10
BÔNUS.....	120,00
TOTAL.....	149,10

*Nesta quinta-feira
Box Aula - Extra
na ADUF*

*200.00 400
5*

5. CNIG

A ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E A GREVE

Nesta segunda-feira, a convite do Comando, às 15 horas, na sede da ADUF, o Comando de Greve dos professores, com a participação de Francisco Ramalho, pelo Comando de Greve dos funcionários, reuniu-se com o reitor, o vice-reitor e os pró-reitores de pós graduação, as suntuos comunitários, graduação e planejamento. O pró-reitor de administração justificou a ausência.

Em pauta, esteve a discussão sobre verbas, eixo da greve. Avaliou-se o quadro caótico da UFPb no tocante a verbas, levando-se em conta que ela está recebendo apenas 2% de OCC em relação ao Orçamento Global. Convênios e recursos extra-orçamentários fazem com que a UFPb até agora não tenha fechado. Levantou-se também a questão das prioridades na aplicação de verbas na Instituição.

Ficou acertado que deverão ser enviadas notas à imprensa, contendo a real situação da UFPB.

Até o dia 22 o MEC está solicitando de todas as Universidades um relato sobre as "reais necessidades" no tocante a verbas. O prazo é curto. E não há clareza sobre o que significa a expressão "reais necessidades". O reitor anunciou que vai convocar diretores, pró-reitores e assessorias para elaborar este documento.

Vamos acompanhar este processo de montagem deste documento, a ser enviado a Brasília.

Ficou claro que a reivindicação do movimento docente, em greve, é por 27,8% de OCC para que a Universidade possa realizar-se como Instituição de Ensino Superior, pública, gratuita e competente.

* TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS

Em data ainda a ser definida, o professor PAULO GALVÃO fará uma palestra sobre TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NA AGRICULTURA PARAIBANA e suas implicações no processo de trabalho, no meio ambiente e nas condições de vida rural.

* UFRN

No Rio Grande do Norte, os estudantes da UFRN estão com indicativo de greve para hoje. Dia 18 realizam ATO PÚBLICO com professores universitários em greve.

*PARLAMENTARES

Uma Comissão do Comando Nacional manteve contato com parlamentares e lideranças partidárias. O Encontro resultou na possibilidade de apoio após o conhecimento da nossa pauta de reivindicações. Novos contatos buscarão viabilizar reuniões e defesa do movimento.

*REUNIAO NA SEPLAN

O Comando Nacional reuniu-se, dia 10, com representante da SEPLAN. Assuntos de pauta: 1) autonomia universitária; 2) regime jurídico; 3) aposentadoria e 4) lei orgânica.

Com relação à autonomia universitária foi informada que existe um parecer (SR78) da Consultoria Geral da República, publicado no Diário Oficial de 16/12/88, p. 24.582. Decreto Lei 200 já possuía subsídios tendo sido "transplantado" para nova Constituição. Autonomia não quer dizer independência.

Regime Jurídico, sistema de carreira e estatuto - cerca de 200 órgãos e entidades estão reunidos para levantar subsídios. O Executivo elabora Projeto de Lei conforme Constituição, que irá ao Congresso ainda sem data definida.

Aposentadoria - é auto-executável em função da Consultoria Jurídica. O Pessoal Estatutário: via Art. 40, § 20 das Disposições Transitórias. Os Celetistas é um assunto ainda

não examinado, não só os professores mas também os técnico-administrativos. Falou-se que a Constituição é pouco clara tecnicamente, dificultando a análise da questão. Um dos regimes desaparecerá. O Tribunal de Contas ainda não opinou. Revisão proventos e pressões gera despesas elevadas. Lei Orgânica - é um assunto a ser verificado junto ao "SENOR" (sigla não identificada).

* REUNIAO COM A UNE

Na reunião conjunta UNE, CNG/FASUBRA, CNG/ANDES, foram aprovados a produção de cartaz e de uma nota conjunta pelas três entidades.

* REUNIAO COM O CRUB

O Comando Nacional de Greve-ANDES, O CN de Greve-FASUBRA e a UNE estiveram em reunião, dia 11, com o Presidente do CRUB e com o Reitor da Federal Fluminense.

O CRUB lançará nota para imprensa demonstrando a penúria da universidade e a degradação dos salários, no entanto, julgou inadequada uma nota conjunta ANDES-CNG, alegando preservar-se para eventual intermediação futura.

Um encontro do CNG e o CRUB, em início de greve, e a emissão da nota indicam disposição de diálogo e aproximação do CRUB com o movimento docente, mais claras que em greves anteriores. Entretanto, o Comando Nacional julga o parâmetro que vem sendo trabalhado pelo CRUB para recomposição OCC - de quatro vezes orçamento/OCC 1988 - insuficiente com riscos de agravamento da crise na Universidade em curto prazo. Com relação à OCC, a exigência do MD é de 27.8 por cento, sendo necessário convencer o CRUB deste índice para evitar-se disparidades entre propostas.

O MEC solicitou aos reitores, até 22 de maio, o levantamento das necessidades para fundamentar a suplementação de 89 e orçamento de 90. As AD's devem acompanhar o levantamento e fiscalizar para evitar que haja substimação de dados e atendimento clientelísticos.

Servidores públicos federais vão receber reajuste salarial de 17,94%

Da Sucursal de Brasília

Cerca de um milhão de funcionários da administração direta — civis e militares —, autarquias e fundações federais tiveram reajuste salarial de 17,94% retroativo a 1º de maio. O percentual corresponde ao IPC acumulado de fevereiro a abril deste ano. A medida provisória fixando o reajuste será assinada no início da próxima semana pelo presidente José Sarney.

A correção dos salários do funcionalismo vinha sendo discutida pelos ministros da área econômica há uma semana. O percentual foi sugerido pela ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, que conseguiu o apoio dos ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu. A decisão do governo já foi comunica-

da pela ministra às lideranças sindicais do funcionalismo.

Dorothea informou que o governo aplicará aos salários dos servidores públicos a mesma política salarial dos trabalhadores do setor privado, a ser definida nos próximos dias pelo Congresso Nacional. Mas advertiu que a correção está limitada à arrecadação tributária, pois a Constituição estabelece que a folha de pagamento do funcionalismo não pode ultrapassar 65% da receita líquida da União.

Na definição do percentual de reajuste, os ministros não levaram em conta a reivindicação dos militares de isonomia salarial com os ministros do Superior Tribunal Militar. Em alguns casos, o pleito da área militar representaria reajuste de mais de 70%. Como a questão está sendo analisada juridicamente,

a área econômica optou por um reajuste linear para todos os servidores federais. A correção salarial implicará um aumento adicional de cerca de NCz\$ 200 milhões na folha de pagamento da União.

A decisão do governo não foi bem recebida pelas lideranças do funcionalismo. "Esse percentual é insuficiente para cobrir a inflação", afirmou a presidenta do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Distrito Federal, Maria Laura Sales Pinheiros. A reivindicação inicial da categoria era um reajuste de 95,5%, cobrindo o IPC registrado nos quatro primeiros meses de 1988, incluindo o vetor de 70,23% de janeiro.

Diante da posição do governo, os funcionários decidiram entrar em estado de greve. Nos próximos dias 23 a 26 eles realizam assembleia para definir se entram em greve.

Ministra defende governo sobre política salarial

Da Sucursal do Rio

A ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, disse ontem no Rio que o governo não baixou qualquer medida provisória definindo uma lei salarial porque isto seria "decidir de cima para baixo em uma iniciativa que no passado mereceu críticas justas". Dorothea disse ainda que o governo não está omisso na questão, mas que apenas deixou a iniciativa ao Congresso porque já havia nove projetos em tramitação. "O governo mobilizou-se no âmbito do Fórum Nacional de Salários e chegou a haver uma proposta de definição até 15 de abril. Por várias razões, optou-se depois por discutir a reposição salarial", disse a ministra. Dorothea acredita que o Congresso votará nova lei salarial ainda este mês.

NOVAS ADESOES:

A UNB ENTROU EM GREVE NESTA 2ª FEIRA (15/5). HOJE ADEREM AO MOVIMENTO A ADUNI-RIO E A FEDERAL PARANÁ. COM ELAS, SEREMOS UM TOTAL DE 34 IFES EM GREVE.

INFORMES INFORMES INFORMES INFORMES INFORMES

PALESTRA:

O PROF. RÔMULO POLARI FARÁ PALESTRA SOBRE "PLANOS ECONÔMICOS E A QUESTÃO SALARIAL", DIA 18 - 5ª FEIRA, ÀS 9:00 HORAS, NA SALA 101 DO CCSA.

ATIVIDADES DE GREVE

Como parte das atividades de greve, o CCHLA, promoverá no dia 18 próximo, às 09:30 horas, no sala 402, um Debate envolvendo professores, estudantes e técnicos de órgãos públicos sobre **MOVIMENTOS SOCIAIS E CLIENTELISMO NO NORDESTE**.

O objetivo desse debate é discutir com a comunidade as pesquisas que vêm sendo feitas dentro da Universidade, enfatizando as relações sociais na região, especialmente conflitos sociais que vêm ocorrendo no campo e na cidade. A análise se estenderá para a compreensão das políticas públicas, desenvolvidas nesta área, objetivando compreender as relações entre Estado e Sociedade na região.

GREVE.

BOLETIM 6

informativo do comando de greve dos professores da ufpb
nº 06 - 05 DE JUNHO DE 1989 -

EDITORIAL

ESTA GREVE PEGA

Greve no Brasil é como lei. Primeiro tem de pegar, prá ser respeitada. Todas as nossas greves têm sido assim. Leva um tempo enorme para o governo se dar conta de que as universidades estão paradas. Depois, ainda passa alguns dias se fingindo de morto, fazendo que não vê. Na imprensa nacional, então, nem se fala. São semanas inteiras sem uma linha, uma nota. Até que algo bem gritante aconteça, que não tenha jeito de deixar passar em branco.

Ontem, o Presidente da ANDES/SN, Sadi Dal Rosso, foi o entrevistado do café da manhã no "Bom-dia Brasil". De repente, como surgida do nada, a nossa greve passa a ter direito de cidadania na tela da Globo. Algo muito importante deve ter acontecido.

De fato, algo importante aconteceu. O trabalho de mobilização dos nossos representantes em Brasília conseguiu a adesão de 190 parlamentares ao abaixo assinado "S.O.S. UNIVERSIDADE" que exigia abertura de negociações para a nossa pauta de reivindicações. Com isto, o Ministro Carlos Santana cedeu na sua indiferença e recebeu em audiência os representantes da ANDES, FASUBRA, UNE, dos médicos residentes, acompanhados de 15 parlamentares.

Enquanto se conversava, os participantes das caravanas faziam um ato de protesto lá em baixo sob as vistas da polícia. Era impossível a imprensa continuar fingindo que não via.

O resultado está aí. Nosso movimento hoje é uma realidade que se firmou no cenário político nacional, por mais que o Ministro se negasse a ver essa realidade.

Durante todo o dia de ontem, todos os órgãos envolvidos pela nossa pauta de reivindicações estiveram reunidos com representantes dos três segmentos da comunidade universitária. Junto, estavam os Deputados e Senadores que nos prestam solidariedade.

Se era um fato eloquente que faltava para que nossa greve fosse considerada em toda a sua importância, este fato já se deu. O Governo sentou-se à mesa conosco. Não para mais um "café da manhã". A conversa vai ser dura e mais quente, agora que os refletores estão voltados para nós.

AUDIENCIA NO MEC:

ACEITA A FORMAÇÃO DE COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO

A audiência foi realizada dia 3, em Brasília. Ao final da audiência o Ministro da Educação aceitou a proposta das entidades presentes e dos parlamentares, de formação de uma Comissão de Negociação que incluiria representantes de outros Ministérios (Secretaria de Recursos Humanos-SEPLAN, Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda) além do MEC, de representantes de parlamentares da ANDES-SN, da FASUBRA, UNE e CRUB.

Ficou definida um calendário de negociações:

HOJE, às 09:00 horas, reunião entre MEC (com três representantes), entidades (com três representantes cada), um senador, um deputado da Comissão de Educação da Câmara, CRUB (um representante) e um representante de cada partido.

Às 14:00 horas : reunião dos representantes das entidades, MEC e outros Ministérios.

Às 18:00 horas: nova audiência: Ministro, parlamentares (preferencialmente de todos os partidos interessados) e entidades.

Esta audiência com o Ministro Carlos Santos Anna, ocorreu em clima formal e teve a participação do Secretário da SESU; Edson Machado, da ANDES-SN/CNG (Sadi, Sílvio Alem, Maria Luiza, Elias e Benjamim), FASUBRA (Pedro Alcantara e outros), UNE (Juliano Corbellini e outros), do presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes. Os seguintes parlamentares também participaram desta audiência: Senadores - João Calmon, Pompeu de Souza e Dirceu Carneiro. Deputados - Hermes Zanetti, Augusto de Carvalho, Eduardo Bonfim, Heraldo Saboya, Vicente Bogo, Manuel Domingos, Ernesto Gadelha, Sigmaringa Seixas, Jorge Hege, Luiz Roberto Ponte (Líder do Governo) José Carlos Saboya e Lézio Sathler.

Durante todo o período da audiência, participantes da caravana estiveram no pátio e na calçada do prédio do MEC com carro de som. O ato foi muito relevante como expressão de nossa mobilização.

O Senador Pompeu de Souza e o Deputado Hermes Zanetti falaram sobre o motivo da solicitação da audiência: a abertura efetiva das negociações. Sadi dal Rosso protestou pela presença de aparato policial na calçada do MEC. O Ministro afirmou não ter solicitado o dispositivo e logo após providenciou o afastamento da tropa.

Os presidentes das entidades reafirmaram as pautas de greve, exigindo respostas aos seus itens. Sadi resumiu as ações da caravana em Brasília e entregou folhas de abaixo-assinado (SOS Universidade/Abertura de negociações) subscrito por cerca de 190 parlamentares, inclusive vinte senadores.

A palavra foi usada por vários presentes que encaminharam pelo "fim da ciranda pelos ministérios", refutaram argumentos anteriormente apresentadas pelo MEC-SESU, trataram de questões relativas ao processo de eleitoral na UFRJ e a nomeação do reitor da UnB.

O Ministro fez longa explanação reproduzindo praticamente uma entrevista que concedeu ao Jornal Correio Braziliense, no dia 2. O Ministro falou que:

a greve tem conotação política além de cunho reivindicatório. pediu o fim da greve. Disse que o "SOS UNIVERSIDADE" deve ser substituído por um "SOS BRASIL" e que o texto do abaixo-assinado é "perfeito" e que também assinaria.

O Senador Pompeu de Souza esclareceu a etimologia da palavra "política" e afirmou que nosso movimento é político mas não partidário.

O Ministro tratou dos pontos de pauta:

- a questão salarial é vinculada ao conjunto dos servidores. Os valores da MP 56 constituem o máximo possível.

- VERBAS - naquele dia (2/6), o MEC encerrou o levantamento das necessidades das IFES, "caso a caso". No próximo dia 9 será conhecido o montante a ser negociado com a SEPLAN para suplementação. Cerca de sete IFES não teriam apresentado suas necessidades, face à greve, mas o Ministro não soube precisar quais. Os parlamentares ressaltaram a urgência de apreciação dos pedidos de suplementação pelo Congresso antes do recesso. O Ministro afirmou ser impossível atender reivindicação das en

tidades (de NCZ\$ 1,25 bilhões OCC). Emergencialmente, recursos do FNDE (cerca de 50/60 milhões) serão liberados para atender necessidades das IFES nos próximos 60/90 dias. A incorporação de recursos próprios das IFES, bloqueados, foi proposta do Congresso, através de mensagem NR 70, de 28/4/89.

- APOSENTADORIA - pagamento depende da captação de recursos. "Nenhum estudo foi realizado sobre o montante", afirmou Edson Machado. É necessário um estudo conjunto da Secretaria de Recursos Humanos da SEPLAN/MEC. FASUBRA lembrou caso UFU, onde aposentadoria integral foi obtida por alguns servidores inativos através da via judicial, ocorrendo a suplementação de verba pelo MEC.

Ao final da audiência chegou-se à formação de uma comissão de negociação, cujo calendário de reuniões já foi estipulado, de acordo com as informações no início desta matéria. A avaliação política deste encontro será dada durante nossa assembléia de hoje.

A PAIXÃO EM SEMINÁRIO

O Seminário "A PAIXÃO SEGUNDO A MÍDIA", iniciado ontem, prossegue hoje com debates às 19:30 horas no auditório da CEF - Ag. Caabo Branco. O tema de hoje é "Fantasias e Multimeios" a ser exposto por Falves Silva (artista gráfico do Rio Grande do Norte), Henrique Magalhães (professor do DECOM da UFPb, quadrinista e grafiteiro), Antonio Bezerra (sociólogo-Pe).

Amanhã, "Do Cangaço ao Bagaço" é a pauta das discussões. O assunto será exposto por Paulo Caldas (editor e escritor) e Jorge Siqueira (professor do Mestrado de História da UFPE). Na quinta-feira "Entre meios: um triângulo amoroso imprevisível", estará sendo debatido por três estados: Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. São eles: Fernando Ricardo (jornalista), Wills Leal (escritor, Diretor da PBTUR) e Marize Castro (poeta, Fundação José Augusto RN).

O encerramento do seminário "A PAIXÃO SEGUNDO A MÍDIA" será na sexta-feira com uma exposição sobre "O Olhar, o desejo e a Ressurreição da carne", pelos professores Ronaldo Monte e Simone Maldonado, da UFPb. Promovem este seminário os Departamentos de Comunicação e de Artes da UFPb e o Departamento de Cultura do Município.

BALANCETE DE GREVE - 16/02 A 02/06/89 - COMISSÃO DE FINANÇAS

ENTRADA

BÔNUS.....	1.840,00
CAMISAS.....	495,00
LANCHES.....	57,45
CINE BANGUÊ.....	192,00
DOAÇÃO.....	5,85
TOTAL.....	2.590,30

SAIDA

DIÁRIAS/HOTEL/TELEFONE.....	406,00
CAMISAS.....	362,00
CARAVANA.....	1.263,45
FAIXAS.....	48,00
TAXA CNG.....	1.630,00
GASTOS DIVERSOS.....	80,00
MATERIAL DIVULGAÇÃO.....	120,99
PALESTRA.....	100,00

TOTAL..... 4.010,44

BALANCETE GERAL:

TOTAL RECEITA:	2.739,40
TOTAL DESPESA:	5.361,95
DÉFICIT TOTAL:	2.622,55

COMISSÃO FINANÇAS
GREVE PROFESSORES
UFPb

DÉFICIT DO PERÍODO: 1.400,14

AUDIENCIA NA SECRETARIA ESPECIAL DE CIENCIA E TECNOLOGIA

A audiência ocorreu no dia 31 pela manhã com a presença de representante do Comando Nacional de Greve, da Diretoria da ANDES-SN e do Ministro Décio Zagottis.

O Ministro informou que a secretaria não poderia influir na suplementação emergencial para as IFES e que há o problema do orçamento da sua secretaria ser conjunto com o do Ministério da Indústria e Comércio.

Acrescentou que só é possível uma expectativa de melhor dotação orçamentária para 1990, através de uma atuação junto LDO, que a ANDES-SN deveria exercer pressão nesse sentido.

Medidas a curto prazo, como remanejamento de verbas do CNPq para incrementar programa de bolsas no país, não mudam quadro que o movimento docente pretende alterar, segundo o Secretário. Cabe também, para ele, atuar junto aos governos estaduais para a criação de fundação de amparo à pesquisa nos estados. O Secretário avalia que a continuidade dos projetos de pesquisa estão relativamente garantidos pelo CNPq e que apenas cerca de 200 projetos não foram renovados e que alguns destes ainda poderão ser contemplados no 2º semestre.

Quanto à relação OCC/OG, ele considera inviável. A Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia pretende priorizar a implantação de laboratórios associados

AUDIENCIA NO MINISTERIO DA PREVIDENCIA

Nesta audiência estiveram presentes o Secretário Geral e dois assessores, dois representantes da Diretoria da ANDES-SN, três do CNG, dois da FASUBRA e o presidente da UNE.

O Secretário Geral informou que a questão da aposentadoria integral será resolvida com a instituição do regime jurídico único (Art. 39, Constituição). Uma vez que isso aconteça, os recursos para o pagamento da aposentadoria virão da União e não da Previdência. Nesse sentido, a nossa ação deverá ser direcionada primeiramente ao MEC, que é o nosso patrão, para que interceda junto à SEPLAN. Esta resposta foi solicitada por escrito e o Secretário se prontificou a fazer isto.

MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA DA EDUCACAO PUBLICA

O "Movimento Nacional em Defesa da Educação Pública" foi lançado oficialmente no dia 31, em sessão no salão Negro da Câmara dos Deputados.

Subindo a rampa do Congresso Nacional, a CARAVANA dos Estados formada por 377 estudantes, 347 derivadores e 148 professores, portando cartazes, faixas, camisas com slogans da greve e sobre a crise da universidade, foram aos poucos lotando o Salão Negro do Congresso.

Erão mais de mil pessoas presentes ao lançamento do Movimento que contou com a presença de trinta e um parlamentares, cinco reitores e as entidades promotoras do evento: CNG dos professores, estudantes e funcionários, ANDES, FASUBRA, UNE.

Houve pronunciamentos de parlamentares e de representantes de partidos políticos, do presidente do CRUB, prof. Eduardo Coelho; do representante da recém-criada Associação das Universidades Federais Brasileiras, prof. Hildiberto Cavalcanti, reitor da UFF; do presidente da ANDES-SN, Sadi dal Rosso; do presidente da FASUBRA, Pedro Moreira e do Estudante Juliano, presidente da UNE.

Depois do ato de lançamento, os participantes se dirigiram em passeata inicialmente para o Ministério da Previdência, onde representantes do CNG e da ANDES estavam em audiência, depois prosseguiram até o Ministério da Educação. No MEC, a caravana abraçou o prédio, em duas voltas, gritando "QUEREMOS AUDIÊNCIA, ACABOU A PACIÊNCIA". Com os corpos presentes foi formado o slogan "SOS EDUCACAO".

RELATORIO

TEK

Participei juntamente com um colega, um funcionário e dezoito estudantes da CARAVANA a Brasília convocada pelo Comando Local de Greve (CLG). Acorreram ao chamado do Comando Nacional de Greve (CNG), cerca de 800 pessoas de todo o país, a grande maioria estudantes e funcionários. Realizamos manifestações na quarta, quinta e sexta-feira passadas no Congresso Nacional e na Esplanada dos Ministérios. A efetiva abertura de negociações resultante da audiência com o Ministro da Educação na sexta-feira, fruto do importante trabalho do CNG junto a parlamentares e da iminente greve do conjunto do funcionalismo federal, foi também consequência das manifestações públicas realizadas pela comunidade universitária. Portanto, minha avaliação desse encaminhamento é positiva, com realce para a combativa participação dos estudantes. Em conversas informais com manifestantes de todo o país, tornou-se claro para mim que a luta por mais verbas para a Universidade, inclui tanto a questão dos salários como a dos orçamentos, sendo artificial, neste momento, distinguir qualquer ordem de prioridades.

João Pessoa, 4 de junho de 1989.
TEK (CE/UFPb)

SEMINARIO NACIONAL DE EDUCACAO

A realização do I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCACAO, em Brasília, de 1º a 4 de junho, configurou-se como um evento de grande importância no atual quadro nacional relativo à educação. Participaram do Encontro cerca de 500 participantes, parlamentares (Octácio Elisio, Florestan Fernandes, Lídice Mata, Jorge Hege, entre outros), várias entidades acadêmicas, sindicais e estudantis, além do atual reitor da UnB e o reitor recém-eleito daquela IFES.

Os oradores ressaltaram a importância da participação de segmentos da sociedade nas discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases, com vistas a apresentação de propostas que reflitam os interesses da maioria da população. A coincidência das atuais greves de docentes da rede pública de 1º e 2º graus em cerca de 10 estados e a greve das IFES, tornou o Encontro um evento em defesa da escola pública.

ADIAMENTO DO CONAD

A Diretoria da ANDES-Sindicato Nacional informou a todas as AD's o adiamento do XIV CONAD face a continuidade da greve nas IFES que dificulta a organização do evento. Durante esta semana a ANDES-SN informará a nova data de realização do CONAD.

MOBILIZACAO DE ESTUDANTES

Todas as terças e quartas-feiras os estudantes de Comunicação realizam reuniões e eventos dentro da programação de mobilização permanente de greve. Os estudantes denominam a mobilização de "ESTUDANTE DE COMUNICACAO - NÃO DEIXE O TETO CAIR". O slogan foi escolhido devido ao desabamento, dias atrás, do teto de uma das salas de aula e a ameaça de novos desabamentos no DECOM. A mobilização, que inclui exibição de vídeos, oficina de out-door e discussões sobre a situação do Curso e do Departamento de Comunicação, é uma promoção do Centro Acadêmico Vladimir Herzog.

MOVIMENTO ESTUDANTIL: AD ARGUMENTANDUM TANTUM*

Carlos Alberto F. de Azevedo Filho**

Quando conversamos ou discutimos com alguma pessoa, nossa intenção não é de convencê-la que seu ponto de vista está "errado".

Não considero que a função do diálogo seja a do convencimento. Quando conversamos ou discutimos sobre determinado assunto nossa intenção de convencer a outra pessoa é tanta que até às vezes esquecemos que aquilo é só uma argumentação, não existe o "certo" ou "errado", o que existe são pontos de vista que divergem e às vezes se confrontam.

A função do diálogo, da discussão, do debate, não é a formação de prosélitos. Se existe uma coisa que pode unir uma ideologia de um pastor protestante a um militante de alguma tendência do movimento estudantil é o proselitismo, essa vontade de querer pensar pelos outros, de querer fazer discípulos, de jogar um discurso digerido, de jogar um sistema de pensamento onde o receptor não precise pensar ou não dê espaço à dedução. A função do embate verbal não é a do convencimento e sim a do esclarecimento. A dogmatização dos discursos, dos pensamentos leva a esse "combate interminável" das ideologias, dos pontos de vista. Nesses tipos de discussão cada uma das partes é radical na defesa de suas idéias, não admitindo o discurso do outro ou simplesmente ignorando-o, tal tipo de discussão não é produtivo visto que é uma discussão anti-dialética e sem chegar a resultados em ambos os lados.

Será que chegamos ao fundo do poço? Fala-se tanto em movimento estudantil, discute-se tanto mas não se chega a lugar nenhum.

O movimento estudantil de 68 tinha bandeiras de luta, tinha discussão e ação, tinha pelo menos objetivos, e hoje? O que nós temos? Nem objetivos temos e nos colocamos a criticar a geração 68, vivemos na era dos discursos do tipo "movimento estudantil está em crise", todos falam em crise mas ninguém tem projetos nem bandeiras de luta, ninguém quer "sair da crise", estamos no fundo do poço e daí? Temos a corda para sair do poço, basta subir, mas estamos sempre a esperar o elevador, elevador em poço não existe, muito menos milagre.

=====

* tradução: SOMENTE PARA ARGUMENTAR

** Estudante de Comunicação Social/UEPB

IMPOSTO SINDICAL

Neste último contra-cheque, referente ao pagamento do mês de maio, todos os professores da UFPb, sócios ou não da ADUFPb-JP, terão um desconto, equivalente a UM DIA DE SALÁRIO, correspondente à CONTRIBUIÇÃO SINDICAL.

Trata-se do velho IMPOSTO SINDICAL, compulsório, cobrado de TODOS os trabalhadores, parcialmente (60%) recolhidos para os Sindicatos das respectivas categorias e que agora se estende ao funcionalismo, por força da nova Constituição em vigor, que permite a sindicalização dos servidores públicos.

Este imposto não se confunde com a mensalidade cobrada pela ADUFPb-JP (1% sobre o salário a partir do mês de maio) exclusivamente dos seus sócios, por deliberação espontânea dos mesmos.

A ADUFPb-JP já divulgou, nas Assembléias Gerais, nos Boletins e na imprensa, a posição e os encaminhamentos que a ANDES-SN tomou a fim de que o recolhimento desta contribuição compulsória seja feito para uma conta da ANDES-SN que, em seguida procederá a DEVOLUÇÃO DO DINHEIRO AOS PROFESSORES.

Não âmbito da UFPb a ADUFPb-JP tomou todas as providências necessárias e estamos aguardando a sua implementação pela Administração da Universidade.

===== S O S D I E E S E =====

Já é do conhecimento de todos que o DIEESE vive um sério problema financeiro. Também é do conhecimento de todos que o DIEESE é um órgão de fundamental importância para os trabalhadores, e notadamente, para as Entidades Sindicais.

Por isso, há algum tempo, iniciou-se uma CAMPANHA SOS DIEESE -com o objetivo de assegurar-lhe plenas condições de funcionamento.

Aqui em Paraíba, no dia 17 de junho, será realizado o FORRO SOS DIEESE, no Sindicato dos Bancários, a partir das 22:00 horas, ao preço de NCZ\$ 3,00 o convite, cuja arrecadação reverterá em benefício da Entidade.

Espera-se a colaboração de todos.

Há também uma proposta de aumento da mensalidade paga pelas entidades filiadas bem como a utilização de formas mais eficazes de cobrança.

Enfim, é preciso de fato, salvar o DIEESE, garantindo a continuidade do seu importante trabalho.

Realizou-se, no último dia 01 de junho, reunião da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, contando com a presença da ADUFPb-JP, re^{re} apresentação do Comando Local de Greve, professores interessados nas questões relativas à pós-graduação e pesquisa e 09 coordenadores de Cursos de pós-graduação da UFPb. Vale salientar que independentemente da proposta de não se realizar uma reunião de trabalho de caráter administrativo, considerando a greve, não havia quorum para uma reunião de rotina, tendo em vista que são 33 os cursos de pós-graduação desta universidade e apenas 09 estavam representados.

O Pró-Reitor esclareceu os critérios utilizados para a distribuição de verba repassada para o setor e deu explicações acerca da distribuição das 68 bolsas recentemente alocadas para todos os cursos de pós-graduação da UFPb.

Passando-se à pauta proposta, foram levantados alguns dos grandes problemas que afligem a pós-graduação e a pesquisa. Tendo-se visto que as questões relativas a uma política de publicações estão intimamente ligadas à pós-graduação e à pesquisa, muitos pronunciamentos detiveram-se em considerações acerca da necessidade de uma efetiva política de publicação, fazendo-se mesmo sugestões. A Pró-Reitoria esclareceu ser o assunto atinente à Pró-Reitoria de Planejamento, instância a que se liga a Editora Universitária.

Enfatizou-se a necessidade de uma política de pós-graduação e pesquisa e o Pró-Reitor salientou ser a definição dessa política uma de suas preocupações.

Aproveitando-se a oportunidade, solicitaram-se esclarecimentos sobre o não pagamento de bolsas do PICD desde março deste ano. O Pró-Reitor respondeu que as verbas correspondentes não foram ainda repassadas e que as bolsas serão pagas logo que haja recursos vindos de Brasília. Naturalmente, denunciou-se a situação vexatória em que se encontram os professores bolsistas do PICD que não receberam as bolsas.

Pediu-se também ao Pró-Reitor a defesa da conversão cambial do salário dos bolsistas que estão no exterior pelo câmbio oficial, a exemplo do chamado "dólar saúde".

Ainda se lembrou ao Pró-Reitor o grave problema de proibições periódicas de viagens ao exterior, impossibilitando os professores de participarem de eventos internacionais.

O Pró-Reitor foi solicitado a incluir nas reflexões que conduzam a uma política de pós-graduação a análise dos fatores que têm impulsionado professores a pedir transferência da UFPb, deixando lacunas em seus quadros de profissionais titulados. Observou-se que a evasão não é motivada por melhores salários, pois as transferências são solicitadas para outras Universidades Federais, mas que talvez seja decorrente da procura de universidades de maior prestígio acadêmico, considerando-se que, por exemplo, a falta de uma política de publicações na UFPb não permite que os professores daqui participem do debate cultural, científico e tecnológico.

O Pró-Reitor mostrou-se receptivo às colocações, sublinhou as dificuldades financeiras que vem enfrentando e declarou-se disposto a promover esforços no sentido de a UFPb ter uma clara política de pós-graduação e pesquisa.

A QUESTAO DOS TITULARES

NOMEADOS

A Comissão que trata do assunto reuniu-se a fim de analisar melhor a matéria e consultar a legislação vigente. Em contato com a assessoria jurídica, o Prof. Ewerton Nóbrega foi informado de que a UFPb recorreu da decisão da Justiça que beneficiou os professores impetrantes do mandado de segurança. A Comissão iniciou a leitura dos documentos do processo, que foram fornecidos pela Procuradoria Jurídica, ontem, dia 5. Aguardem mais informações.

Vale salientar que, até ser julgado o recurso interposto pela UFPb, a posse dos professores como titulares desta Universidade tem caráter provisório, de acordo com a legislação em vigor.

ATO PÚBLICO UNIFICADO

No dia 19 de junho, foi realizado um Ato Público Unificado em Defesa da Educação e contra o arrocho salarial, dentro da programação da caravana dos estados composta por representantes dos três segmentos da comunidade universitária. O Ato Público foi realizado na rampa do Congresso, contando ainda com a presença de parlamentares, professores do SINPRO-DF, médicos residentes de vários estados, representantes de partidos políticos, da CUT, do SINDSEP-DF, outras entidades sindicais e do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Mais de mil pessoas estiveram presentes ao Ato Público.

QUADRO NACIONAL

O quadro nacional das IFES continua inalterado, com 38 universidades em greve. Nos estados, o quadro é o seguinte:

. Amazonas (ADUA) - realizou evento "Universidade na Praça", com a participação de partidos políticos e sindicatos.

. Pará (ADUFPA) - a reitoria convocou, através de jornais e da televisão, os três segmentos a voltarem às atividades como forma de ocupação dos espaços e de incremento das discussões.

. Piauí (ADUFPI) - participou de Sessão Especial na Assembleia Legislativa.

. Ceará (ADUFCE) - realizou contatos com parlamentares e reunião com vinte representantes de entidades de classe e sindicatos de profissionais liberais para a produção de um documento de apoio ao movimento. Circulou no jornal O POVO texto da mesa-redonda sobre Crise na Universidade.

. Rio Grande do Norte (ADURN) - realizou Ato Público com a participação dos três segmentos e de servidores públicos do estado, do município e federais.

. Alagoas (ADUFAL) - realiza reuniões por Centro. Fez intervenção na Assembleia Legislativa seguida de Ato Público. Participou de reunião do Conselho Universitário para que o mesmo se posicionasse sobre a greve.

. Paraíba - No dia 31, a AG do Campus II encaminhou proposta ao CNC para submeter à apreciação das ADs, nesta semana, indicativo de suspensão da paralisação (62 votos a favor, 49 contra, uma abstenção). Os campi de Areia, Bananeiras, Patos e Souza aprovaram manutenção da paralisação.

. Sergipe (ADUSE) - realizou Ato Público no centro da cidade.

. Bahia (APUBH) - realiza nova AG amanhã.

. Goiás (ADUFG) - realizou Assembleia Universitária com grande participação dos três segmentos e com presença de parlamentares, solidarizando-se com o movimento.

. Mato Grosso do Sul (ADUFMS) - vai realizar Ato Público conjunto com funcionários públicos no dia 12 próximo.

. Mato Grosso (ADUFMAT) - está passando abaixo-assinado que será encaminhado ao Presidente da República e ao Ministro da Educação.

FORUM UNIVERSITÁRIO

Dia : 07/06

Hora: 19:00

Local: Centro de Vivência

Convidado : Luís Inácio Lula da Silva, candidato a Presidente da República pelo Partido dos Trabalhadores.
